

Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:		
N.º DE INSCRIÇÃO:		

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2016

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

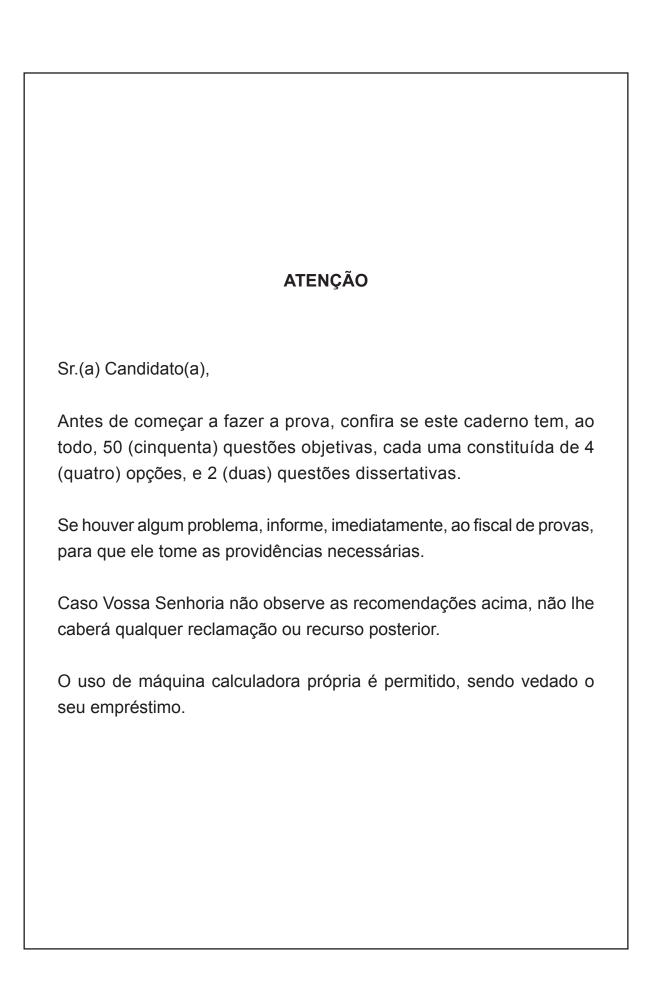
- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas. De acordo com o item 3.9.1, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) candidato(a). Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.

FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO QUANDO DE SUA SAÍDA.

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS



QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. A Companhia das Flores foi constituída com Capital de R\$2.000.000,00, que foi assim integralizado: R\$100.000,00 em dinheiro e o restante com um bem imóvel, oferecido por um dos subscritores, pelo valor de R\$1.900.000,00. O bem foi submetido à avaliação por empresa especializada que emitiu laudo, estipulando o valor em R\$2.200.000,00. Diante dessas informações, qual o procedimento abaixo que fere a legislação societária?
- a) A Assembleia de Constituição acatou o valor do laudo de avaliação e decidiu creditar ao subscritor o valor excedente ao valor determinado pelo proprietário subscritor.
- O valor da avaliação do bem foi aceito pela Assembleia de Constituição, porém a integralização se deu pelo valor de R\$1.900.000,00, ou seja, por valor inferior ao valor da avaliação.
- c) Foi realizado, antes da constituição, um depósito no Banco do Brasil de valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor a ser integralizado em dinheiro, em nome do subscritor e em favor da sociedade.
- d) Passados 90 (noventa) dias da data de constituição da empresa, o valor depositado pelo subscritor foi sacado pela Companhia.
- 2. A Companhia de Produção de Mudas Frutíferas apurou um lucro de R\$364.000,00 antes das Provisões para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que importaram em R\$32.400,00. A Companhia tinha um Prejuízo Acumulado de R\$18.600,00 e o seu Estatuto prevê uma participação de 8% (oito por cento) para os empregados e 10% (dez por cento) para a Diretoria. Considerando as informações, qual será o saldo para distribuição de dividendos ou constituição de reservas?
- a) R\$256.660,00.
- b) R\$259.164,00.
- c) R\$271.992,00.
- d) R\$331.600,00.
- 3. Acerca das ameaças à independência do auditor em trabalhos de auditoria independente, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- "Ameaça de Interesse Próprio" é a ameaça de que interesse financeiro ou outro interesse influenciará de forma não apropriada o julgamento ou o comportamento do auditor.
- II. "Ameaça de Autorrevisão" é a ameaça de que o auditor não avaliará, apropriadamente, os resultados de julgamento dado ou serviço prestado anteriormente por ele, ou por outra pessoa da firma dele, nos quais o auditor confiará para formar um julgamento

como parte da prestação do serviço atual.

- III. "Ameaça de Intimidação" é a ameaça de que o auditor será dissuadido de agir objetivamente em decorrência de o maior acionista da empresa ter declarado que o auditor poderia ter livre acesso às informações da empresa.
- IV. "Ameaça de Defesa de Interesse do Cliente" é aquela em que o auditor promoverá ou defenderá a posição de seu cliente a ponto de que a sua objetividade fique comprometida.

- a) I e II, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- 4. É permitido ao auditor independente utilizar trabalhos realizados por auditores internos, pois não há qualquer proibição de tal prática nas NBCs. No que tange à responsabilidade pela opinião expressa pelo auditor independente no seu relatório, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) A responsabilidade pode ser reduzida, se o auditor independente revisar os trabalhos do auditor interno e com ele dividir a responsabilidade de suas conclusões.
- b) Em nenhuma circunstância a responsabilidade do auditor independente será minimizada em função de apoio de auditores internos.
- c) A utilização de trabalhos de auditores internos na obtenção de evidências de auditoria é uma prerrogativa assegurada ao auditor independente.
- d) É recomendável ao auditor independente avaliar a posição hierárquica dos auditores internos e as práticas por eles adotadas, de modo que os trabalhos por eles produzidos sejam aceitos como prova razoável para formação da opinião final do auditor.
- 5. Sobre a utilização de serviços de especialista para dar suporte à opinião do auditor independente a ser emitida no seu relatório, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) O auditor não deve fazer referência ao trabalho do especialista componente da equipe de auditoria em seu relatório que contenha opinião não modificada.
- O auditor poderá fazer referência ao trabalho de especialista em seu relatório, se essa referência for relevante para o entendimento de ressalva ou outra modificação na sua opinião.
- c) Caso o auditor faça referência ao trabalho de especialista no seu relatório, deverá indicar no relatório que essa citação não reduz a sua responsabilidade por essa opinião.
- d) Em nenhuma circunstância, o auditor poderá fazer referência no seu relatório aos serviços de especialista.

- 6. Em relação ao Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) O contador aprovado no Exame de Qualificação Técnica será inscrito, de forma automática, no CNAI do CFC.
- b) Para manutenção da inscrição no CNAI do CFC, o profissional deverá comprovar, anualmente, a sua participação no Programa de Educação Continuada.
- c) O restabelecimento do registro do profissional no CNAI dependerá da obtenção de novo certificado de aprovação do Exame de Qualificação Técnica e, ainda, do saneamento das condições que determinaram a baixa.
- d) A inscrição no CNAI do CFC é obrigatória para todos os que desejarem atuar no mercado de auditoria independente.
- 7. A Companhia Natal avalia tradicionalmente, os seus estoques ao custo. O auditor independente constatou ao final dos trabalhos de 2015, quando da preparação do seu relatório, a existência de uma distorção relevante mensurada, caso a administração tivesse avaliado os seus estoques pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. A administração decidiu manter a sua prática contábil. Como sócioresponsável pelo trabalho, que tipo de relatório dos auditores independentes emitiria nessa circunstância?
- a) Opinião não Modificada.
- b) Opinião com Ressalva.
- c) Abstenção de Opinião.
- d) Opinião Adversa.
- 8. A Transparência Auditores Independentes foi contratada pela Sempre Nova Indústrias S.A. para auditoria do conjunto completo das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante os trabalhos, o auditor independente não teve condições de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre diversos elementos das demonstrações contábeis. Os possíveis efeitos dessa impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente são considerados relevantes e generalizados para as demonstrações contábeis. Como sócio responsável pelo trabalho, que tipo de relatório você emitiria para essa empresa?
- a) Negativa de Opinião.
- b) Abstenção de Opinião.
- c) Opinião com Ressalva.
- d) Opinião Adversa.

- 9. De acordo com a NBC TA 315 Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente, os procedimentos de avaliação de riscos incluem, <u>EXCETO</u>:
- a) indagações à administração e a outros na entidade que, no julgamento do auditor, possam ter informações com probabilidade de auxiliar na identificação de riscos de distorção relevante devido a fraude ou erro.
- b) procedimentos de controle.
- c) procedimentos analíticos.
- d) observação e inspeção.

10. Conforme a NBC TA 570 – Continuidade Operacional, os objetivos do auditor independente são, <u>EXCETO</u>:

- a) obter evidência de auditoria suficiente sobre a adequação do uso, pela administração, do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.
- b) elaborar fluxo de caixa para avaliar a capacidade financeira do cliente para um prazo de até cinco anos.
- c) concluir, baseado na evidência de auditoria obtida, sobre a existência de incerteza significativa em relação a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional.
- d) determinar as implicações para o relatório do auditor independente.
- 11. A administração da EBA S.A. preparou demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade operacional, mas, no julgamento do auditor, a utilização desse pressuposto foi inapropriada. Nessa circunstância, ele deve emitir relatório com:
- a) Opinião com Ressalva.
- b) Opinião não Modificada.
- c) Opinião não Modificada e Parágrafo de Ênfase.
- d) Opinião Adversa.

12. Conforme a NBC TA 580 – Representações Formais, os objetivos do auditor independente são, <u>EXCETO</u>:

- a) obter representações formais da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, de que eles cumpriram com suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis e pela integridade das informações fornecidas ao auditor.
- dar suporte a outras evidências de auditoria relevantes para as demonstrações contábeis ou para afirmações específicas nas demonstrações contábeis por meio de representações formais, se o auditor determinar que estas são necessárias ou se forem exigidas por outras normas de auditoria.

- documentar o entendimento de que o auditor obteve de outras evidências de auditoria do julgamento ou intenção da administração em relação a uma afirmação específica ou à sua integridade.
- d) reagir apropriadamente às representações formais fornecidas pela administração e (quando apropriado dos responsáveis pela governança) ou se a administração (e quando apropriado, os responsáveis pela governança) não fornecer as representações solicitadas pelo auditor.
- 13. O auditor deve estabelecer como apropriado os termos do trabalho de auditoria com a administração e os responsáveis pela governança. Esses termos estabelecidos devem ser formalizados na carta de contratação de auditoria ou outra forma adequada de acordo, por escrito. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Os itens devem incluir o objetivo e o alcance da auditoria das demonstrações contábeis.
- II. Os itens devem incluir as responsabilidades do auditor.
- III. Os itens devem incluir as responsabilidades da administração.
- IV. Os itens devem incluir a identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis.
- V. Os itens devem incluir referência à forma e ao conteúdo esperados de quaisquer relatórios a serem emitidos pelo auditor e uma declaração de que existem circunstâncias em que um relatório pode ter forma e conteúdo diferente do esperado.

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III, IV e V.
- 14. De acordo com as NBCs TA, as deficiências significativas devem ser comunicadas aos administradores e aos responsáveis pela governança. Sobre esse assunto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) O auditor deve determinar se, com base no trabalho de auditoria executado, ele identificou uma ou mais deficiências de controle interno.
- b) Se o auditor identificou uma ou mais deficiências de controle interno, deve determinar, com base no trabalho de auditoria executado, se elas constituem, individualmente ou em conjunto, deficiência significativa.
- c) O auditor deve comunicar, tempestivamente, por escrito, as deficiências significativas de controle interno, identificadas durante a auditoria, aos responsáveis pela governança.

- d) Uma cópia das comunicações deve fazer parte da documentação da auditoria e deve ser elaborada no prazo de até 30 dias da data de emissão do relatório.
- 15. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Em relação a esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes dá condições ao auditor para formar sua opinião.
- II. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
- III. A auditoria das demonstrações contábeis, conduzida com base na premissa de que a administração tem conhecimento de certas responsabilidades, exime os auditores independentes desses assuntos, quando comunicados na carta de representações. Podem surgir situações em que a administração não esteve presente no período mencionado no relatório do auditor. Neste caso, a administração está desobrigada de comunicar as representações aos auditores por desconhecimento dos assuntos.
- IV. Como base para a opinião do auditor, as NBCs TA exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

16. Com base nas NBCs TA, assinale a opção INCORRETA.

- a) "Julgamento Profissional" é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
- b) "Ceticismo Profissional" é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- c) "Asseguração Razoável" é, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, um nível baixo, mas não relativo, de segurança.

- d) "Informação Contábil Histórica" é a informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado.
- 17. Para fins das normas de auditoria, "distorção" é a diferença entre o valor, classificação, apresentação ou divulgação de um item informado nas demonstrações contábeis e o valor requerido para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- Distorção pode ser decorrente de erro ou de fraude e pode ser oriunda de imprecisão na coleta ou no processamento de dados usados na elaboração das demonstrações contábeis.
- II. Distorção pode ser decorrente de erro ou de fraude e pode ser oriunda de omissão de valor ou divulgação.
- III. Distorção pode ser decorrente de erro ou de fraude e pode ser oriunda de estimativa contábil incorreta decorrente da falta de atenção aos fatos ou de interpretação errada dos fatos.
- IV. Distorção pode ser decorrente de erro ou de fraude e pode ser oriunda de julgamento da administração sobre estimativas contábeis que o auditor não considera razoável, ou a seleção e aplicação de políticas contábeis que o auditor considera inadequadas.

Estão CERTOS os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- 18. A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) É razoável que o auditor assuma que os usuários possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
- b) É razoável que o auditor assuma que os usuários entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.
- c) É razoável que o auditor assuma que os usuários reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.

- d) É razoável que o auditor assuma que os usuários tomam decisões econômicas adequadas com base nas informações oriundas do orçamento anual e das estimativas de crescimento definidas pela administração.
- 19. Com relação à materialidade para execução de auditoria, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Planejar a auditoria somente para detectar distorção individualmente relevante negligencia o fato de que as distorções individualmente irrelevantes em conjunto podem levar à distorção relevante das demonstrações contábeis e não deixa margem para possíveis distorções não detectadas.
- II. A materialidade para execução da auditoria é fixada para reduzir, a um nível adequadamente baixo, a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nas demonstrações contábeis excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- III. A materialidade para execução da auditoria relacionada a um nível de materialidade determinado para classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nessa classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação excedam o nível de materialidade para essa classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação.
- IV. A determinação de materialidade para execução de testes não é um cálculo mecânico simples e envolve o exercício de julgamento profissional.

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- 20. Com base nos procedimentos de auditoria executados e na evidência de auditoria obtida, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. O auditor deve expressar opinião sem modificação com um parágrafo de ênfase sobre as demonstrações contábeis, caso não consiga obter evidência apropriada e suficiente.
- II. O auditor deve avaliar, antes da conclusão da auditoria, se as avaliações de riscos de distorção relevante no nível de afirmações continuam apropriadas.
- III. O auditor deve concluir se foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- IV. O auditor deve formar uma opinião e considerar todas as evidências de auditoria relevantes, independentemente do fato de ela parecer corroborar ou contradizer as afirmações nas demonstrações contábeis.

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- 21. No caso de a administração se recusar a permitir que o auditor envie solicitações de confirmações externas, o auditor <u>NÃO</u> deve:
- a) indagar sobre as razões da recusa da administração e procurar evidência de auditoria sobre sua validade e razoabilidade.
- b) avaliar as implicações da recusa da administração na avaliação do auditor dos riscos significativos de distorção relevante, incluindo o risco de fraude, e sobre a natureza, época e extensão de outros procedimentos de auditoria.
- c) executar procedimentos alternativos de auditoria definidos para obter evidência de auditoria relevante e confiável.
- d) renunciar ao trabalho imediatamente, pois não existe procedimento alternativo para suprir essa deficiência.
- 22. De acordo com a NBC TA 520 Procedimentos Analíticos, quando planejamento e execução dos procedimentos analíticos substantivos, isoladamente ou em combinação com testes de detalhes, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. O auditor deve determinar a adequação de procedimentos analíticos substantivos específicos para determinadas afirmações, levando em consideração os riscos avaliados de distorção relevante e testes de detalhes, se houver, para essas afirmações.
- II. O auditor deve avaliar a confiabilidade dos dados em que se baseia a expectativa do auditor em relação a valores registrados ou índices, levando em consideração a fonte, comparabilidade, natureza e relevância das informações disponíveis, e os controles sobre a elaboração dos dados.
- III. O auditor deve desenvolver uma expectativa de valores registrados ou índices e avaliar se a expectativa é suficientemente precisa para identificar uma distorção que, individualmente ou em conjunto com outras distorções, pode fazer com que as demonstrações contábeis apresentem distorções relevantes.
- IV. O auditor deve determinar que o valor de qualquer diferença entre valores registrados e valores esperados deve ser investigado e comparado com o nível de materialidade calculado. À medida que aumenta o risco avaliado aumenta o valor da diferença considerada aceitável sem investigação adicional para se alcançar o nível desejado de evidência persuasiva.

Estão CERTOS os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

23. Com relação à NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) A amostragem de auditoria permite que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria em relação a algumas características dos itens selecionados, de modo a concluir ou ajudar a concluir sobre a população da qual a amostra é retirada.
- b) Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar os fins específicos a serem alcançados e a combinação de procedimentos de auditoria que devem alcançar esses fins.
- c) Ao considerar as características de uma população, para testes de controles, o auditor faz uma avaliação da taxa esperada de desvio com base no entendimento do auditor dos controles relevantes ou no exame de pequena quantidade de itens da população.
- d) A decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística é uma questão de julgamento do auditor em conjunto com a administração. Entretanto, o tamanho da amostra é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.

24. De acordo com a NBC TG 1000, o conjunto completo das demonstrações contábeis para as empresas não reguladas, compreende:

- a) balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; e notas explicativas.
- b) balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado; e notas explicativas.
- balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado do período; notas explicativas; e relatório da administração.
- d) balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; notas explicativas; relatório da administração e relatório dos auditores independentes.

25. A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Acerca desse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.

- a) Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade de financiamento, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de investimento.
- b) Algumas transações, como a venda de item do imobilizado, podem resultar em ganho ou perda, que é incluído na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimentos. Entretanto, pagamentos em caixa para a produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros que, em sequência, são vendidos, são fluxos de caixa advindos das atividades operacionais. Os recebimentos de aluguéis e das vendas subsequentes de tais ativos são também fluxos de caixa das atividades operacionais.
- c) São exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento: recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços; recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas; pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços e pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados.
- d) São exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais: caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais; pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade e amortização de empréstimos e financiamentos.

26. Ao usar procedimentos de confirmação externa, o auditor deve manter o controle sobre tais solicitações, incluindo:

- a) determinação das informações a serem confirmadas ou solicitadas; seleção da parte que confirma apropriada para confirmação; definição das solicitações de confirmação, assegurando-se que as solicitações estão devidamente endereçadas e que contenham as informações para retorno das respostas diretamente ao auditor e envio das solicitações, incluindo 2º pedido, quando aplicável, para a parte que confirma.
- a seleção das informações a serem confirmadas e os procedimentos de expedição das correspondências é de responsabilidade da empresa auditada e são frequentemente usados para confirmar ou solicitar informações relativas a saldos contábeis e seus elementos.
- c) o controle do recebimento das respostas pela governança da empresa auditada até a entrega ao responsável pela auditoria.
- d) a revisão do controle mantido por funcionário da empresa auditada do recebimento das respostas das confirmações.

- 27. O auditor obteve evidência de auditoria de que existe distorção relevante nas demonstrações contábeis do período anterior sobre as quais foi emitida uma opinião sem modificação. Diante desse fato, assinale a opção <u>INCORRETA.</u>
- a) Caso os valores correspondentes não tenham sido adequadamente ajustados e não tenham sido feitas as divulgações apropriadas, o auditor deve expressar uma Opinião com Ressalva ou uma Opinião Adversa no seu relatório sobre as demonstrações contábeis do período corrente.
- b) O auditor deve evidenciar no seu relatório do período corrente, com clareza, o motivo que originou a Ressalva ou a Opinião Adversa.
- c) O auditor deve omitir-se em relação ao assunto, pois a responsabilidade pelo relatório do exercício anterior, apresentado de forma comparativa, é exclusiva do auditor independente que o emitiu.
- d) As demonstrações contábeis anteriores que continham as distorções não foram alteradas e não aconteceu a reemissão de relatório do auditor independente, porém os valores correspondentes foram adequadamente retificados e foram feitas as divulgações apropriadas nas demonstrações do exercício corrente e, por isso, o auditor optou pela inclusão de Parágrafo de Ênfase no seu relatório.

28. Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, a saber: auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria; auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais; auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente.
- II. A natureza e a extensão das atividades de planejamento não deve variar, independentemente do porte e da complexidade da entidade, nem deve ser levada em consideração a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade e as mudanças nas circunstâncias que ocorrem durante o trabalho de auditoria.
- III. Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e interativo, que, muitas vezes, começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual. Entretanto, o planejamento inclui a consideração da época de certas atividades e procedimentos de auditoria que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais de auditoria.
- IV. O auditor pode optar por discutir esses elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria (por exemplo, coordenar alguns dos procedimentos de auditoria planejados com o trabalho do pessoal da entidade). Apesar de, normalmente, essas discussões ocorrerem, a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria continuam sendo de responsabilidade do auditor. Na discussão de temas incluídos na estratégia global de auditoria ou no plano de auditoria, deve-se atentar para não comprometer a eficácia dessa auditoria.

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III, IV, apenas.
- c) II, III, IV, apenas.
- d) I, II, III, apenas.

29. Antes de começar os trabalhos de auditoria inicial o auditor deve realizar atividades adicionais. Sobre esse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.

- a) O auditor deve aplicar procedimentos exigidos pelas NBCs relativos à aceitação do cliente e do trabalho de auditoria específico e entrar em contato com o auditor antecessor, caso haja mudança de auditores, de acordo com os requisitos éticos pertinentes.
- O auditor deve certificar-se de que o responsável pela governança da auditada está satisfeito de que foram seguidos os procedimentos apropriados em relação à aceitação e continuidade de relacionamentos.
- c) Se o sócio encarregado do trabalho obtém informações que teriam levado a firma a declinar do trabalho, caso estivessem disponíveis anteriormente, o sócio encarregado deve comunicar essas informações prontamente ao responsável pela governança da auditada.
- d) Antes de aceitar um trabalho com um novo cliente ou decidir sobre continuar um trabalho existente o auditor deve obter a carta da administração, comunicando que a responsabilidade pelos controles internos é da administração da auditada.

30. Ajuste a Valor Presente - AVP.

Exemplo:

- Contas a receber com vencimento em 5 anos = R\$200.000,00.
- Taxa de desconto (i) = 6% ao ano.
- Fórmula para cálculo do valor presente: VP = valor contábil x [1/(1+i)ⁿ]

Com base nos dados acima, calcule o AVP para o primeiro ano e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA.</u>

- a) O AVP do primeiro ano é R\$8.967,00.
- b) O AVP do primeiro ano é R\$50.548,00.
- c) O AVP do primeiro ano é R\$149.952,00.
- d) O AVP do primeiro ano é R\$158.419,00.

- 31. Com relação à conta "estoques de valor relevante", o auditor deve aplicar procedimentos para confirmar a sua existência e condições. Sobre esse assunto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Se o auditor não puder estar presente na contagem física dos estoques, devido a imprevistos, ele deve efetuar ou observar algumas contagens físicas, em uma data alternativa, e executar procedimentos de auditoria sobre transações ocorridas entre as duas datas.
- b) Se o acompanhamento da contagem física dos estoques for impraticável, a única alternativa para o auditor será a modificação na sua opinião no seu relatório.
- c) Se o estoque custodiado e controlado por terceiros for relevante para as demonstrações contábeis, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque.
- d) Mediante o acompanhamento da contagem física dos estoques e execução de procedimentos de auditoria nos registros finais de estoque da entidade pode-se determinar se refletem com precisão os resultados reais da contagem de estoque.
- 32. O auditor deve definir e executar os procedimentos de auditoria de modo a identificar litígios e reclamações envolvendo a entidade que possam gerar um risco de distorção relevante. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Esses procedimentos devem incluir a indagação à administração e, conforme o caso, a outros dentro da entidade, incluindo consultores jurídicos internos.
- II. Esses procedimentos devem incluir as responsabilidades do auditor.
- III. Esses procedimentos devem incluir as responsabilidades da administração.
- IV. Esses procedimentos devem incluir a revisão das atas de reuniões dos responsáveis pela governança e correspondência entre a entidade e os seus consultores jurídicos externos.
- V. Esses procedimentos devem incluir a revisão das contas de despesas legais.

Estão CERTOS os itens:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, IV e V, apenas.
- d) I, II, III, IV e V.
- 33. Quanto à natureza e confiabilidade da estimativa contábil, assinale a opção INCORRETA.
- a) Todos os itens das demonstrações contábeis podem ser mensurados com precisão, e, portanto, estimados. Essa forma de mensuração é denominada estimativa contábil.

- b) A natureza e a confiabilidade das informações disponíveis para a administração para suportar a elaboração de estimativa contábil variam significativamente, afetando dessa maneira o grau de incerteza de estimativa associada às estimativas contábeis.
- c) O grau de incerteza de estimativa, por sua vez, afeta os riscos de distorção relevante de estimativas contábeis, incluindo sua suscetibilidade à tendenciosidade da administração intencional ou não.
- d) O objetivo da mensuração de estimativas contábeis pode variar dependendo da estrutura de relatório financeiro aplicável e do item financeiro que está sendo relatado.
- 34. Se o auditor identificar partes relacionadas ou transações significativas com partes relacionadas que a administração não tenha anteriormente identificado ou divulgado para o auditor, <u>NÃO</u> deve:
- a) comunicar prontamente as informações relevantes aos outros membros da equipe de trabalho.
- b) quando a estrutura de relatório financeiro aplicável estabelecer exigências para partes relacionadas: (i) solicitar à administração que identifique todas as transações com as partes relacionadas recém-identificadas para avaliação adicional do auditor; (ii) fazer indagações quanto ao motivo pelo qual os controles da entidade sobre relacionamentos e transações com partes relacionadas deixaram de possibilitar a identificação ou divulgação dos relacionamentos e transações com partes relacionadas.
- executar procedimentos adicionais de auditoria nos controles internos identificados e relativos a essas partes relacionadas recém identificadas ou a transações significativas com essas partes relacionadas.
- d) reconsiderar o risco de que possam existir outras partes relacionadas ou transações significativas com partes relacionadas que a administração não tenha anteriormente identificado nem divulgado ao auditor e executar procedimentos adicionais de auditoria, conforme a necessidade.
- 35. A data de aprovação das demonstrações contábeis para fins das normas de auditoria como a primeira data em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que assumem responsabilidade por essas demonstrações contábeis, conforme o cronograma abaixo:
- Em 12 de janeiro de X1, o Departamento de Contabilidade (DC) concluiu a minuta das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de X0.
- Em 15 de janeiro de X1, o DC entregou minutas das demonstrações contábeis para os auditores independentes e para o Comitê de Auditoria Estatutário.
- Em 18 de janeiro de X1, a Diretoria examinou as demonstrações financeiras e autorizou a sua emissão final.
- Em 19 de janeiro de X1, o Comitê de Auditoria Estatutário se reuniu com o contador e com os auditores independentes e emitiu seu relatório recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis.

- Em 20 de janeiro de X1, os auditores independentes concluíram seus exames e emitiram minuta de seu relatório nessa data.
- Em 21 de janeiro X1, os membros do Conselho de Administração aprovaram as demonstrações financeiras a serem divulgadas ao mercado.
- Em 22 de janeiro de X1, as demonstrações contábeis foram publicadas em jornal de grande circulação e no diário oficial.
- Em 15 de março de X1, os acionistas aprovaram as demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária.

Conforme a NBC TA 560 e com base no cronograma exposto, assinale a opção que apresenta a data de aprovação das demonstrações contábeis.

- a) 12 de janeiro de X1.
- b) 18 de janeiro de X1.
- c) 21 de janeiro de X1.
- d) 15 de março de X1.
- 36. Quanto ao pressuposto de continuidade operacional, existem eventos ou condições na área financeira que, individual ou coletivamente, podem levantar dúvida significativa da continuidade da entidade. Acerca desses eventos ou condições, identifique aqueles que podem levantar essas dúvidas e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- 1. Patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).
- 2. Fluxos de caixa operacionais negativos indicados por demonstrações contábeis históricas ou prospectivas.
- 3. Prejuízos operacionais significativos ou deterioração significativa do valor dos ativos usados para gerar fluxos de caixa.
- 4. Atraso ou suspensão no pagamento de dividendos.
- 5. Mudança nas condições de pagamento imposta pelos fornecedores, de compras a prazo para pagamento à vista.

- a) 1, 2, 3 e 4, apenas.
- b) 1, 2 e 3, apenas.
- c) 1, 4 e 5, apenas.
- d) 1, 2, 3, 4 e 5.

- 37. Há limites práticos e legais à capacidade do auditor de obter evidências de auditoria. Assinale a opção que <u>NÃO</u> corresponde a limites práticos e legais, mas, sim, deficiência ou falha do auditor na execução dos trabalhos.
- a) A auditoria não é uma investigação oficial de suposto delito. Portanto, o auditor não recebe poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para tal investigação.
- b) A fraude pode envolver esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados para sua ocultação. Portanto, os procedimentos de auditoria aplicados para coletar evidências de auditoria podem ser ineficazes para a detecção de distorção relevante que envolva, por exemplo, conluio para a falsificação de documentação que possa fazer o auditor acreditar que a evidência de auditoria é válida quando ela não é. O auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos.
- c) Registros contábeis incorretos podem existir em função de temas complexos que exigem conhecimento técnico específico como operações financeiras (ex: derivativos, hedge etc.), riscos ambientais, ativos biológicos, fusões, aquisições e incorporação de empresas. O auditor não possui responsabilidade em identificar estes erros, já que sua formação é contábil e este conhecimento específico não é exigido na sua profissão.
- d) Existe a possibilidade de que administração possa não fornecer, intencionalmente ou não, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis ou que tenham sido solicitadas pelo auditor. Portanto, o auditor não pode ter certeza da integridade da informação, embora tenha executado os procedimentos de auditoria para obter certeza de que todas informações relevantes foram fornecidas.

38. No que tange ao reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.

- a) Gastos com pesquisa e desenvolvimento, com expectativa de geração de benefícios econômicos futuros se qualificam para o reconhecimento como um ativo intangível.
- b) Nenhum gasto resultante de pesquisa deve ser reconhecido como ativo intangível, mas, sim, como despesa.
- c) Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar determinados aspectos, entre eles a intenção e a viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda.
- d) Na fase de desenvolvimento de projeto interno, a entidade pode, em alguns casos, identificar um ativo intangível e demonstrar que este gerará prováveis benefícios econômicos futuros, uma vez que a fase de desenvolvimento de um projeto é mais avançada do que a fase de pesquisa.

- 39. Em uma combinação de negócios, a Companhia Alfa transferiu como contraprestação em troca do controle da Companhia Beta determinados itens patrimoniais, a saber:
- Companhia Alfa: transferiu 10% do seu Patrimônio Líquido, que equivale a um valor justo de R\$25 milhões, para a Companhia Beta.
- Companhia Beta transferiu para a Companhia Alfa todos seus ativos no valor de R\$45 milhões e todos os seus passivos no valor de R\$15 milhões. Na data da aquisição, não foram identificados outros ativos adquiridos ou passivos assumidos.

É CORRETO afirmar que a Companhia Alfa deve:

- a) reconhecer um *goodwill* no valor de R\$20 milhões, originado da diferença entre os ativos adquiridos (R\$45 milhões) e o patrimônio líquido cedido (R\$25 milhões).
- b) reconhecer um *goodwill* negativo no valor de R\$5 milhões, originado da diferença entre o valor dos ativos adquiridos (R\$45 milhões) e dos passivos assumidos (R\$15 milhões), sendo um ativo líquido de R\$30 milhões, e o patrimônio líquido cedido (R\$25 milhões).
- c) reconhecer o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, no valor de R\$30 milhões, sendo a contraprestação transferida no valor de R\$25 milhões, resultando em um ganho de R\$5 milhões no resultado do exercício.
- d) reconhecer um *goodwill* no valor de R\$10 milhões, em função de valor dos ativos cedidos ser de R\$25 milhões e o passivo adquirido ser R\$15 milhões.
- 40. A Companhia Lisboa precisa emitir suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/20X5. Porém, na data de emissão do relatório, a contabilização inicial de uma combinação de negócios ocorrida em 1º/11/20X5 está incompleta. Em relação à combinação de negócios é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- a) a Companhia Lisboa deve, em suas demonstrações contábeis, reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar, retrospectivamente, os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.
- b) as demonstrações contábeis devem ser emitidas sem refletir a contabilização da combinação de negócios, pois o registro deve ser realizado apenas no momento em que a Companhia Lisboa possuir os valores finais da transação.
- c) a Companhia Lisboa deve, em suas demonstrações contábeis, reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar, prospectivamente, os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.
- d) o período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração

não pode exceder a 6 (seis) meses da data da aquisição.

- 41. Existem situações em que o auditor independente não deve utilizar os auditores internos para prestar assistência direta na execução de determinados procedimentos. Acerca desse tema, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) Não devem ser utilizados trabalhos dos auditores internos na execução de procedimentos relacionados com riscos de distorção relevante avaliados como significativos, em que o julgamento exigido na execução dos procedimentos aplicáveis de auditoria ou na avaliação da evidência de auditoria obtida é mais do que limitado.
- b) Em situações que envolvam julgamentos significativos, os trabalhos da auditoria interna podem ser utilizados desde que estes sejam planejados e executados em conjunto com o auditor independente.
- c) O auditor interno não possui obrigação de concordar formalmente sobre assuntos específicos que devem ser mantidos em confidencialidade, por ser um funcionário do cliente auditado.
- d) Quando os objetivos da auditoria interna da entidade e do auditor independente se diferenciam, os trabalhos da auditoria interna não podem ser utilizados.
- 42. O auditor pode decidir selecionar itens específicos de uma população. A seleção com base em julgamento de itens específicos está sujeita ao risco de não amostragem. Sobre esse assunto, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) Itens específicos selecionados podem incluir valor não significativo e que condiz com transações usuais a operação da entidade. O auditor pode decidir selecionar itens específicos dentro de uma população porque eles complementam o tamanho da amostra definida.
- b) Itens específicos selecionados podem incluir valor alto ou itens-chave. O auditor pode decidir selecionar itens específicos dentro de uma população porque eles têm valor elevado ou exibem alguma característica, por exemplo, itens suspeitos, não usuais, particularmente propensos a risco ou que tenham histórico de erro.
- c) Itens específicos selecionados podem incluir todos os itens acima de certo valor. O auditor pode decidir examinar itens cujos valores registrados excedam certo valor, de modo a verificar uma grande proporção do valor total de uma classe de transações ou saldo contábil.
- d) Itens específicos selecionados podem incluir itens para obtenção de informação. O auditor pode examinar itens para obter informações sobre assuntos como a natureza da entidade ou a natureza de transações.
- 43. A NBC TA 610 Utilização do Trabalho da Auditoria Interna, apresenta uma série de afirmações referentes à representatividade da Auditoria Interna em uma empresa. Acerca da referida NBC TA, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) Independente da posição hierárquica da auditoria interna na organização e de suas políticas e procedimentos, o nível de competência e a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada em seus trabalhos torna possível para o auditor independente utilizar o

- trabalho da auditoria interna de maneira construtiva e complementar ao seu.
- A utilização do trabalho da auditoria interna pode afetar a natureza e a época ou reduzir a extensão dos procedimentos de auditoria a serem executados pelo próprio auditor independente.
- c) A norma aborda as restrições e proibição do auditor independente e a utilização dos auditores internos para prestar assistência direta, compondo a equipe e trabalhando sob a direção, supervisão e revisão do auditor independente.
- d) Podem existir pessoas na empresa, cujas demonstrações contábeis estão sendo auditadas, que executem procedimentos semelhantes aos realizados pela auditoria interna e que, portanto, estão aptas a compor a equipe de auditoria independente.
- 44. De acordo com a NBC TA 250 Consideração de leis e regulamentos na Auditoria das Demonstrações Contábeis, a responsabilidade do auditor com a não conformidade da entidade com leis e regulamentos pode resultar em:
- a) distorção relevante das demonstrações contábeis.
- b) falta de pagamento de obrigação tributária.
- c) inclusão da empresa no cadastro de inadimplentes de obrigações fiscais.
- d) fraude na tomada de créditos de impostos.
- 45. <u>NÃO</u> é considerado objetivo do auditor, para atendimento da NBC TA 260 Comunicações com os Responsáveis pela Governança:
- a) comunicar claramente aos responsáveis pela governança as suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis e uma visão geral do alcance e da época planejados da auditoria.
- b) obter dos responsáveis pela governança informações relevantes para a auditoria.
- c) fornecer tempestivamente aos responsáveis pela governança, as observações decorrentes da auditoria que sejam significativas e relevantes para a responsabilidade conjunta e recíproca do auditor e dos responsáveis pela governança no processo dos relatórios contábeis.
- d) promover uma efetiva comunicação recíproca entre o auditor e os responsáveis pela governança.
- 46. Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:
- I. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
- II. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração em conjunto com os auditores independentes.
- III. O risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é maior do que no caso de fraude cometida por empregados, porque a administração frequentemente tem condições de manipular, direta ou indiretamente, os registros contábeis, apresentar informações contábeis fraudulentas ou burlar

procedimentos de controle destinados a prevenir fraudes semelhantes, cometidas por outros empregados.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- 47. Acerca da consideração de distorções identificadas no decorrer da auditoria, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Uma distorção pode não ser uma ocorrência isolada. Evidências de que podem existir outras distorções incluem, por exemplo, quando o auditor identifica a ocorrência de distorção decorrente de falha no controle interno ou de premissas ou métodos de avaliação inadequados largamente aplicados pela entidade.
- II. Se o conjunto de distorções detectadas durante a auditoria se aproxima da materialidade determinada, existe a possibilidade de risco maior do que o risco baixo aceitável, de que eventuais distorções não detectadas, quando consideradas no conjunto das distorções acumuladas durante a auditoria, venham exceder a materialidade. Podem existir distorções não detectadas devido à presença do risco de amostragem e do risco de não amostragem.
- III. O auditor pode solicitar à administração que examine uma classe de transações, saldos contábeis ou divulgação para que a administração entenda a causa de distorção identificada pelo auditor, execute procedimentos para determinar o valor real da distorção nessa classe, e faça os ajustes apropriados nas demonstrações contábeis. Essa solicitação pode ser feita pelo auditor, por exemplo, com base na projeção de distorções identificadas em amostra de auditoria para a população inteira de onde foi extraída a amostra.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns):

- a) I, II e III.
- b) III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e III, apenas.
- 48. Acerca do controle de qualidade para firmas de auditores independentes no tocante à documentação do sistema de controle de qualidade, assinale a opção <u>INCORRETA</u>.
- a) A firma deve estabelecer políticas e procedimentos requerendo documentação apropriada para fornecer evidência da operação de cada elemento de seu sistema de controle de qualidade.
- b) A firma deve estabelecer políticas e procedimentos que requeiram a retenção da documentação por um período suficiente, para permitir que as pessoas que realizam

- os procedimentos de monitoramento avaliem o cumprimento do sistema de controle de qualidade pela firma, ou por um período mais longo se exigido por lei ou regulamento.
- c) A firma deve estabelecer políticas e procedimentos que requeiram a documentação das reclamações e alegações e as respectivas respostas.
- d) A firma deve, a seu critério, disponibilizar partes ou trechos da documentação do trabalho aos órgãos reguladores, desde que essa divulgação não prejudique a validade do trabalho realizado ou, no caso de trabalhos de asseguração, a independência da firma ou do seu pessoal.
- 49. Na auditoria de demonstrações contábeis da Empresa Delta foi identificada uma série de diferenças lançadas no controle de distorções. O sócio está finalizando o trabalho de auditoria e precisa concluir o relatório. Os efeitos estão basicamente relacionados com subavaliações das despesas operacionais. Embora essas distorções representem por volta de 10% do resultado antes da tributação, ultrapassam o limite da materialidade planejada, e não estão disseminadas e, dessa forma, ele pretende apontar essas distorções no relatório requerido pela NBC TA 265 Comunicação de Deficiência de Controle Interno e emitir um relatório contendo opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis.

Na qualidade de revisor independente você:

- a) concorda com a conclusão do sócio encarregado do trabalho.
- b) não concorda com a conclusão do sócio e recomendaria a emissão de relatório modificado expressando a Opinião com Ressalva.
- c) concorda parcialmente com a conclusão do sócio, aceitando a Opinião sem Modificação, porém, recomendando a inclusão de Parágrafo de Ênfase.
- d) não concorda com a conclusão do sócio e recomendaria a emissão de relatório com Opinião Adversa, pois o valor é relevante.
- 50. O auditor possui a responsabilidade de emitir um relatório apropriado nas circunstâncias em que, ao formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, conclui que é necessária uma modificação na sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
 - A Norma (NBC TA 705) estabelece alguns tipos de opinião modificada, acerca desse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) "Opinião com Ressalva" quando o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis.
- b) "Opinião Adversa" quando o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e não generalizadas para as demonstrações contábeis.
- c) "Opinião com Ressalva" quando o auditor não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
- d) "Opinião Adversa"- quando o auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e conclui que os possíveis efeitos de distorções não

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Comente sobre o conceito "continuidade operacional", e quais são as responsabilidades da administração e dos auditores independentes diante da possibilidade da existência da incerteza.
- 52. A auditoria se baseia em testes seletivos e amostragem, mais do que em exame pormenorizado de todas as transações. Para que o auditor se apoie em testes, deve haver evidência de que os itens neles incluídos são representativos de todos os itens iguais, ocorridos no exercício e apresentados nas demonstrações contábeis. Explique como os controles internos podem influir na decisão do auditor na seleção dos itens a serem auditados.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Esta página não deverá ser destacada **RASCUNHO**

RASCUNHO DO GABARITO ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D			Α	В	С	D
01						26				
02						27				
03						28				
04						29				
05						30				
06						31				
07						32				
80						33				
09						34				
10						35				
11						36				
12						37				
13						38				
14						39				
15						40				
16						41				
17						42				
18						43				
19						44				
20						45				
21						46				
22						47				
23						48				
24						49				
25						50	\Box			